



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1494/2025
PROCESSO Nº 186532/2025**

O MUNICIPIO DE CAMAQUÃ - RS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, CNPJ n.º 88.696.810/0001-75, com sede na Avenida Olavo Moraes - 869, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ABNER DOS SANTOS DILLMANN, Brasileiro(a), Casado, empresário, residente e domiciliado em Camaquã, inscrito no CIC/MF sob n.º 029.769.080-95, torna público que a administração municipal realizará processo de DISPENSA nos termos Art. nº 75, da Lei 14.133/2021, dos Decretos Municipais nº 7800/2005 e demais legislações aplicáveis, com as exigências aqui estabelecidas, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, observadas as datas e horários discriminados, podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preço no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	DIA 18/09/2025 ÀS 08:01:00 HORAS
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA O ENVIO DAS PROPOSTAS	Autoatendimento - MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ (atende.net) Selecionando ASSUNTO: SMA – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO SUBASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO (PROPOSTA)

1. DO OBJETO

Constitui objeto da presente dispensa de licitação a contratação para o fornecimento dos produtos, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo IV) conforme solicitação da(s) secretaria(s):

SECRETARIA MUN. DA ADMINISTRAÇÃO - SMA

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A proposta de Preços deverá ser protocolada via Protocolo Digital no site da Prefeitura do Município de Camaquã, fazendo referência ao número da DISPENSA e do referido PROCESSO.

2.2. Poderão participar deste processo empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta dispensa de licitação que atenderem às exigências de habilitação.

2.3 É vedada a participação de:

- a)** Empresas declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto;
- b)** Empresas sob processo de falência ou recuperação judicial;
- c)** Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal; e
- d)** Empresas consorciadas.
- e)** Empresas com Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS que será consultado via portal na internet, no momento da habilitação e no momento da entrega do mesmo.
- f)** Empresas com cadastro de Empresas Inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU que será consultado via portal na internet, no momento da habilitação e no momento da entrega do mesmo.
- g)** Estrangeiras que não funcionem no País;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

h) Que não possuam ramo de atividade pertinente ao objeto desta dispensa de licitação.

2.4. Concomitantemente ao exame da documentação de habilitação do participante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificada se o mesmo atende às condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça a participação neste procedimento ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros, referente aos itens f) e g) mencionados acima;

2.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação

3. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados **EXCLUSIVAMENTE** através de PROTOCOLO DIGITAL, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste regulamento, observando o item 4.

3.2. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências aqui estabelecidas, como condição de participação;

3.2.1. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, tem como condição para participação do procedimento.

4. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

4.1. Para fins de habilitação, a empresa interessada deverá anexar **todos os documentos exigidos no termo de referência em anexo.**

4.2. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento de Contratação Direta.

4.2.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

4.3. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

5. PROPOSTA DE PREÇO

5.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste regulamento.

5.2. A Proposta deverá ser apresentada em língua portuguesa, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal da empresa interessada ou pelo procurador.

5.3. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

5.4. O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá ser apresentado COM PRECISÃO DE DUAS CASAS DECIMAIS;

5.5. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação;

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. O julgamento será feito pelo critério estabelecido no item 11 do termo de referência, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência;

6.2. A análise das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas aqui e anexos, sendo desclassificadas as propostas:

6.2.1. Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste regulamento;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

6.2.2. Que apresentem preço ou vantagem baseados exclusivamente em proposta ofertadas pelos demais interessados;

6.3. As propostas serão classificadas de acordo com menor proposta e caso não haja a manifestação de interesse, será selecionado a menor proposta de acordo com os orçamentos prévios realizados pela Secretaria Solicitante.

6.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta dispensa de licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais;
- c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

6.5. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão neste regulamento, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 4.1, enviados nos termos do item 3.1, serão examinados pelo agente de contratação, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras.

7.2. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou a empresa interessada não atender às exigências para habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda plenamente.

7.3. Constatado o atendimento às exigências aqui estabelecidas neste regulamento, a empresa interessada será declarada vencedora.

8. DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para autorização da contratação direta pela autoridade competente, observado o disposto no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Após a homologação, a empresa vencedora será convocada para no prazo de 02 (dois) dias, assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Autorização de compra), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.3. Caso a empresa vencedora se recusar a assinar o contrato deixar de aceitar instrumento equivalente, aplicar-se-ão serão convocadas as empresas interessadas remanescentes, segundo a ordem de classificação.

8.4. Poderá ser emitida Nota de Empenho em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95, da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações.

8.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

8.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

9.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

9.3. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data de liberação da Nota Fiscal pelo Setor Competente.

9.4. No caso de entrega fracionada o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a conclusão da entrega total dos itens constantes na Autorização de Compras.

9.5. A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

9.6. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

9.7. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do País.

9.8. O CNPJ da Contratada constante da Nota Fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

9.9. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a contratada deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

9.10. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

10. RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. A empresa deverá observar o prazo e o(s) local(is) de entrega, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, que serão contados do recebimento Autorização de Compras, para concluir a entrega dos produtos, inclusive para reposição de mercadoria faltante no caso de possíveis faltas, avarias, extravios ou irregularidades durante o transporte/entrega.

10.2. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a empresa vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades aqui previstas neste regulamento.

10.3. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

10.4. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I – O Município, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 104 e 156, incisos I, II, III, IV e §1º ao § 9º da Lei Federal nº 14.133/21, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no respectivo regulamento, anexos e/ou com a proposta apresentada.

II - Pelo atraso na entrega, além do prazo estipulado, aplicação de multa na razão de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da Nota de Empenho, até 10 (dez) dias consecutivos de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada as penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

III - Entrega em desacordo com o solicitado, não atendimento as impugnações, não correção e/ou reparo, não substituição de material inadequado, será aplicada de multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

IV - Quando da reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho por reincidência, sendo que a empresa vencedora terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos produtos. Após 3 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

§ 1º. Com fundamento no artigo 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Camaquã pelo prazo máximo



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a empresa que:

- a - dar causa à inexecução parcial do objeto deste procedimento que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b - dar causa à inexecução total do objeto deste procedimento;
- c - deixar de entregar a documentação exigida para o procedimento;
- d - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e - não entregar documentação porventura solicitada, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da presente dispensa de licitação sem motivo justificado;

§ 2º. Com fundamento no artigo 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a empresa que:

- a - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para participar deste procedimento ou prestar declaração falsa durante suas fases;
- b - fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução;
- c - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa de licitação;
- e - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 3º. Para os fins da Subcondição "c" do § 2º, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.

§ 4º. Na aplicação das penalidades previstas o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe os artigos 156 e 157 da Lei nº. 14.133/21.

§ 5º. As penalidades serão registradas no cadastro da empresa participante, quando for o caso.

§ 6º. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação da empresa, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 7º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 8º. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

§ 9º. Será facultada apresentação de defesa prévia na ocorrência de quaisquer das situações previstas, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. O procedimento encontra-se divulgado no sítio eletrônico do município <https://www.camaqua.atende.net> no caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. Republicar o presente processo com uma nova data;

12.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, privilegiando-se os menores preços, desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.2. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente pregão.

12.3. A presente contratação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase deste procedimento.

12.5. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes do Foro da cidade de Camaquã - RS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

12.6. Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h, na Prefeitura Municipal de Camaquã - RS, na Avenida Olavo Moraes, 869 em Camaquã – RS, pelo Fone (51) 3671 – 7237 / (51) 3671 – 7217.

12.7. Fazem parte deste edital:

Anexo I – Modelo Formulário para Apresentação da Proposta de Preço

Anexo II - Modelo Declaração Unificada

Anexo III - Modelo Minuta de Contrato

Anexo IV – Termo de Referência

Camaquã/RS, 15 de setembro de 2025.

ABNER DOS SANTOS DILLMANN
Prefeito de Camaquã

ALINE DA SILVA FLORES
Secretária Municipal da Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

(razão social da empresa)

CNPJ nº _____ com sede na _____
(nº de inscrição)

(endereço completo)

Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da Dispensa de Licitação nº 1494/2025, vem apresentar a seguinte proposta de preço:

CÓDIGO PRODUT	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR REFERÊNCIA MÉDIA	VALOR TOTAL
111313	1	1	UN	SERVIÇO SEGURO PREDIAL NAS COBERTURAS CONTRATADAS: DANOS INCÊNDIO/QUEDA DE RAIO / EXPLOÇÃO/QUEDA DE AERONAVES/FUMAÇA - R\$ 15.000.000,00/DANOS ELÉTRICOS / RISCOS COMERCIAIS - R\$ 120.000,00/IMPACTO DOS VEÍCULOS TERRESTRES - R\$ 100.000,00 / PERDA OU DESPESA DE ALUGUEL/PRÉDIO- R\$ 120.000,00/R. CIVIL OPERAÇÕES - R\$ 20.000,00 / RECOMPOSIÇÃO REGISTROS E DOCUMENTOS - R\$ 80.000,00 / VENDEVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO E GRANIZO - R\$ 300.000,00/ASSISTÊNCIA - ASSIST BÁSICO.	R\$ 3.833,62	R\$ 3.833,62
VALOR TOTAL DOS ITENS						R\$ 3.833,62

Declaro que a referida proposta atende a todos os requisitos exigidos neste regulamento e seus anexos e os valores propostos contemplam todos os custos diretos e indiretos para o cumprimento deste objeto.

Prazo de entrega do produto: _____

Nº da conta corrente: _____

Banco (cód): _____

Agência (cód): _____

Telefone / Fax / E-mail para contatos: _____

Local e Data

Assinatura do responsável pela Empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1494/2025
PROCESSO Nº 186532/2025

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, que em cumprimento do artigo 14 da Lei 14.133/21 que a nossa empresa não possui nenhum tipo de vínculo com pessoa legalmente investida em cargo público, bem como declaramos que não possui cônjuge ou companheiro ou qualquer vínculo de parentesco colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil com servidor público da administração pública municipal.

4) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

6) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº....., Telefone: () E-mail:(para o encaminhamento e assinatura do contrato)

Por ser expressão da verdade, assina o presente.

Cidade, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO.

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1494/2025
PROCESSO Nº 186532/2025
CONTRATO Nº XXX/2025**

O MUNICIPIO DE CAMAQUÃ - RS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 88.696.810/0001-75, com sede na Avenida Olavo Moraes - 869, Centro, Camaquã/RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ABNER DOS SANTOS DILLMANN, Brasileiro(a), Casado, empresário, residente e domiciliado em Camaquã, inscrito no CPF sob nº 029.769.080-95 e RG sob o nº 4109809634, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE de um lado, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, cidade de _____, Estado do _____, neste ato representado pelo seu diretor, Sr. (Sra.) _____, brasileiro(a), maior, residente e domiciliado(a) na Rua/Av. _____, nº _____, Município de _____, Estado do _____, portador(a) do CPF nº _____ e Carteira de Identidade nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e contratado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis, celebram entre si o presente Contrato que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto e/ou prestação de serviços Dispensa de licitação para contratação de empresa com o intuito da aquisição de um seguro predial para o prédio sede da Prefeitura Municipal de Camaquã., em atendimento ao solicitado pela SECRETARIA MUN. DA ADMINISTRAÇÃO - SMA, o termo de referência é parte integrante deste contrato como anexo I.

1.2. O(a) Gestor(a) do presente contrato será pelo(a) xxxxxxxx. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo (a) xxxxxxxx, que anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, notificando o contratado, por escrito, a sanar os problemas em prazo hábil, bem como fará cumprir fielmente as obrigações avençadas, relatando por escrito e sugerindo à autoridade superior a aplicação de sanções, na forma do contrato, sem que isso importe na redução da responsabilidade do Contratado pela boa execução do contrato. Deverá ainda, o fiscal, controlar os prazos de início e de execução do contrato, bem como solicitar a celebração de aditamento, de forma tempestiva, quando for o caso. Na ausência do fiscal, atuará como suplente o(a) xxxxxxxxxxxx. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DO FORNECIMENTO

2.1. O prazo para o fornecimento/entrega do objeto e/ou para a prestação dos serviços é de até _____ (xxx) dias contados da assinatura do presente contrato.

2.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com previsto no Termo de Referência, no _____ (local da entrega, como por exemplo: na Secretaria de Administração, na escola municipal, na farmácia do Município etc.)

2.3. Aplicam-se ao presente contrato os seguintes prazos (no caso de fornecimento contínuo, deve ser estabelecido o cronograma de entrega e/ou da prestação dos serviços, segundo o regramento desta contratação):

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

3.1 – O prazo de vigência do contrato será de _____ meses, tendo como prazo inicial dia ____/____/20____ e prazo final dia ____/____/20____.

CLÁUSULA QUARTA– DO PREÇO

4.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pelo fornecimento do objeto Dispensa de licitação para contratação de empresa com o intuito da aquisição de um seguro predial para o prédio sede da Prefeitura Municipal de Camaquã., o valor certo e ajustado de R\$ _____ (____ reais), conforme a proposta vencedora da seleção, ofertada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Camaquã – RS em até 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento definitivo do material e ou da prestação dos serviços pela fiscalização, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

5.2. O pagamento correrá em até 30 dias, contados da apresentação da nota fiscal. Se o término desse prazo coincidir com dia útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da rubrica orçamentária especificada na Solicitação e Indicação de Recursos para a Dispensa de Licitação, através da rubrica _____.

CLÁUSULA SÉTIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente contrato;

7.2. Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

7.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto e/ou prestação dos serviços não observar a forma estipulada em regulamento e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

7.4. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8. São obrigações da CONTRATADA:

8.1. Fornecer ou prestar os referidos serviços de acordo de acordo com as especificações, quantidade e prazos do respectivo procedimento e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

8.2. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

8.3. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para participar do procedimento.

8.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

8.5. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços; **em caso de prestação de serviços**

8.6. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

- 8.7. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
- 8.8. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista no regulamento e no presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. O objeto do presente contrato será recebido:

- 9.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega do objeto contratado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado no respectivo regulamento;
- 9.1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade, características e quantidade dos bens, por intermédio de vistoria ou conferência completa e total dos equipamentos, executada pelo Município e consequente aceitação, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados após o recebimento provisório.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS PENALIDADES

10.1. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I – O Município, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 104 e 156, incisos I, II, III, IV e §1º ao § 9º da Lei Federal nº 14.133/21, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no respectivo regulamento, anexos e/ou com a proposta apresentada.

II - Pelo atraso na entrega, além do prazo estipulado, aplicação de multa na razão de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da Nota de Empenho, até 10 (dez) dias consecutivos de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada as penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

III - Entrega em desacordo com o solicitado, não atendimento as impugnações, não correção e/ou reparo, não substituição de material inadequado, será aplicada de multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

IV - Quando da reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho por reincidência, sendo que a empresa vencedora terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos produtos. Após 3 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

§ 1º. Com fundamento no artigo 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Camaquã pelo prazo máximo de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a empresa que:

- a - dar causa à inexecução parcial do objeto deste procedimento que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b - dar causa à inexecução total do objeto deste procedimento;
- c - deixar de entregar a documentação exigida para o procedimento;
- d - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e - não entregar documentação porventura solicitada, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da presente dispensa de licitação sem motivo justificado;

§ 2º. Com fundamento no artigo 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a empresa que:

- a - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para participar deste procedimento ou prestar declaração falsa durante suas fases;
- b - fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução;
- c - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa de licitação;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

e - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 3º. Para os fins da Subcondição “c” do § 2º, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.

§ 4º. Na aplicação das penalidades previstas o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe os artigos 156 e 157 da Lei nº. 14.133/21.

§ 5º. As penalidades serão registradas no cadastro da empresa participante, quando for o caso.

§ 6º. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação da empresa, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 7º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 8º. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

§ 9º. Será facultada apresentação de defesa prévia na ocorrência de quaisquer das situações previstas, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

11.1. A extinção do contrato poderá ser:

11.1.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.1.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS

12.1. As situações omissas ou não previstas serão resolvidas de acordo com a lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Camaquã para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente contrato por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem certos e ajustados as partes ratificam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

_____ (local), ____ (dia), de _____ (mês) de 20__.

Prefeito Municipal

Representante da CONTRATADA



ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência (TR) é um documento fundamental no âmbito da administração pública e processos de contratação de bens, serviços ou obras. Sua principal finalidade é descrever, de forma clara e detalhada, as necessidades da administração, servindo como base para a elaboração de editais de licitação, contratos e demais instrumentos legais.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. O presente TR (termo de referência) refere – se à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE UM SEGURO PREDIAL PARA O PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAQUÃ, LOCALIZADO NA AV. OLAVO MORAES, Nº 869,** conforme a solicitação e indicação de recursos da **SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO (SMA).**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Quando se trata da segurança e proteção do patrimônio público, o seguro predial é uma medida indispensável para garantir a preservação da estrutura física e a continuidade dos serviços oferecidos à população. No caso da **sede da Prefeitura de Camaquã, localizada na Av. Olavo Moraes, nº 869, Centro, Camaquã/RS**, essa proteção torna-se ainda mais relevante, considerando-se a importância do edifício para o funcionamento da Administração Municipal.

2.2. O seguro predial oferece coberturas essenciais que visam minimizar os impactos financeiros e operacionais decorrentes de imprevistos. Entre os principais riscos cobertos pelo serviço contratado estão:

2.2.1. Danos por incêndio, queda de raio, explosão, queda de aeronaves e fumaça, com cobertura de até R\$ 15.000.000,00;

2.2.2. Danos elétricos e riscos comerciais, com cobertura de até R\$ 120.000,00;

2.2.3. Impacto de veículos terrestres, com cobertura de até R\$ 100.000,00;

2.2.4. Perda ou despesa com aluguel do prédio, com cobertura de até R\$ 120.000,00;

2.2.5. Responsabilidade civil por operações, com cobertura de até R\$ 20.000,00;





2.2.6. Recomposição de registros e documentos, com cobertura de até R\$ 80.000,00;

2.2.7. Vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo, com cobertura de até R\$ 300.000,00;

2.2.8. E ainda conta com serviço de assistência – Assist Básico.

2.3. Além de proteger o patrimônio público contra danos físicos, o seguro também abrange responsabilidade civil, assegurando a Prefeitura contra eventuais ações judiciais e indenizações decorrentes de acidentes nas dependências do prédio. Também garante apoio financeiro em situações que comprometam a integridade do edifício ou dos documentos e equipamentos ali armazenados.

2.4. Considerando que os bens públicos, como imóveis e mobiliários, possuem valores significativos e são essenciais para a continuidade dos serviços à comunidade, torna-se necessária a contratação de seguro com cobertura adequada. Essa medida reforça o compromisso da Administração Municipal de Camaquã com a boa governança, a responsabilidade social e a proteção dos recursos públicos.

2.5. Investir na segurança do prédio sede da Prefeitura é garantir que as atividades administrativas continuem sendo executadas com eficiência, mesmo diante de eventos imprevistos. Trata-se, portanto, de uma ação estratégica e responsável que demonstra o cuidado do Poder Público com o patrimônio coletivo e com o bem-estar de todos os cidadãos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Em relação com a contratação de empresa para aquisição de seguro predial para o prédio sede da Prefeitura Municipal de Camaquã, deve – se levar em consideração os seguintes requisitos:

3.1.1. Atender os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e financeira dispostos em edital;

3.1.2. Atender aos requisitos de qualificação técnica, comprovando a capacidade para a execução do objeto mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito





público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, fornecimento igual ou semelhante ao que está sendo licitado (Atestado de Capacidade Técnica);

3.1.3. Os itens deverão ser cotados e fornecidos em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto;

3.1.4. A empresa contratada deverá atender a todas as especificações contidas na descrição detalhada do item constante no Edital, em conformidade com as coberturas e valores definidos para o seguro predial do prédio sede da Prefeitura Municipal de Camaquã, localizado na Av. Olavo Moraes, nº 869, Centro, Camaquã/RS;

3.1.5. A execução do contrato deverá ser iniciada mediante emissão da Autorização de Fornecimento ao proponente vencedor, sendo de responsabilidade exclusiva da empresa contratada a integral execução do serviço, incluindo todas as providências, encargos, custos e despesas necessários ao cumprimento do objeto;

3.1.6. A contratada deverá entregar apólice de seguro válida, com todas as coberturas previstas, conforme proposta apresentada, garantindo a qualidade e a efetividade da proteção ao patrimônio público. A prestação do serviço não poderá ser transferida, delegada ou subcontratada, total ou parcialmente, a nenhuma outra empresa, instituição ou terceiro;

3.1.7. A empresa deverá garantir suporte adequado e disponibilidade de atendimento sempre que solicitado pela Administração Pública, especialmente em casos de sinistros, necessidade de acionamento de coberturas ou dúvidas operacionais, demonstrando flexibilidade e compromisso com a boa execução contratual;

3.1.8. A contratada deverá garantir que todas as coberturas listadas no Edital estejam integralmente contempladas na apólice de seguro emitida, respeitando os valores máximos indenizáveis por evento e por cobertura, conforme segue:

3.1.8.1. Danos por incêndio, queda de raio, explosão, queda de aeronaves e fumaça – até R\$ 15.000.000,00;

3.1.8.2. Danos elétricos e riscos comerciais – até R\$ 120.000,00;





3.1.8.3. Impacto de veículos terrestres – até R\$ 100.000,00;

3.1.8.4. Perda ou despesa de aluguel do prédio – até R\$ 120.000,00;

3.1.8.5. Responsabilidade civil por operações – até R\$ 20.000,00;

3.1.8.6. Recomposição de registros e documentos – até R\$ 80.000,00;

3.1.8.7. Vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo – até R\$ 300.000,00;

3.1.8.8. Inclusão de assistência básica (Assist. Básico).

3.2. Em relação a apólice de seguro oficial, A empresa deverá fornecer à Prefeitura, no prazo máximo estipulado após a assinatura do contrato, devidamente emitida, assinada e validada pela seguradora, com comprovação de vigência e cobertura ativa durante todo o período contratual;

3.3. A seguradora (ou representante legal autorizado) deverá disponibilizar canal de atendimento direto, com suporte para comunicação de sinistros, dúvidas técnicas, orientações para abertura de processos indenizatórios e acompanhamento de demandas, com tempo de resposta compatível com a natureza pública do serviço;

3.4. O seguro deve ser estruturado de forma a garantir que, em caso de sinistro com impacto direto na estrutura do prédio, nas instalações elétricas, nos documentos oficiais ou em sua capacidade de operação, não haja descontinuidade dos serviços essenciais prestados pela Prefeitura, com apoio técnico e financeiro conforme o escopo contratado;

3.5. As condições gerais e particulares da apólice devem ser entregues junto à proposta contratual, especificando de forma clara:

3.5.1. Riscos cobertos e excluídos;

3.5.2. Procedimentos para acionamento de coberturas;





3.5.3. Documentos exigidos para sinistros;

3.5.4. Prazos para análise e pagamento de indenizações;

3.5.5. Franquias aplicáveis por tipo de cobertura (se houver).

3.6. O seguro deve ser estruturado de forma a garantir que, em caso de sinistro com impacto direto na estrutura do prédio, nas instalações elétricas, nos documentos oficiais ou prestados pela Prefeitura, com apoio técnico e financeiro conforme o escopo contratado em sua capacidade de operação, não haja descontinuidade dos serviços essenciais;

3.7. Não será admitida por parte da contratada:

3.7.1. Subcontratação parcial ou total do objeto;

3.7.2. Emissão de apólices por terceiros não credenciados;

3.7.3. Oferta de coberturas inferiores às estipuladas no Edital.

3.8. A empresa contratada deverá possuir registro ativo na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul – JUCERGS e apresentar CNAE compatível com a atividade de seguro predial, comprovando estar legalmente habilitada para a prestação do serviço;

3.9. Em relação à Apólice, esta deverá ser enviada para os seguintes e-mails com o prazo estipulado de até 10 (dez) dias após o envio da autorização de fornecimento:

3.9.1. ryan.schneider@camagua.rs.gov.br;

3.9.2. smacamaguars@gmail.com.

3.10. A não entrega dentro dos prazos fixados sem a devida justificativa aceita pelo Município enseja na possibilidade de aplicação de sanções e penalidades conforme prevê a Lei n. 14.133/2021.





3.11. Após o período inicial de vigência contratual de 1 (um) ano, caso o contrato venha a ser renovado, os preços pactuados poderão ser reajustados mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), sendo utilizado sempre o índice que apresentar o menor percentual de variação no período. O reajuste será aplicado exclusivamente às obrigações iniciadas e concluídas após a renovação contratual.

3.12. Por fim, a empresa será plenamente responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à efetiva cobertura de sinistros, à reparação de prejuízos causados pela omissão da cobertura e à veracidade das informações prestadas durante o processo de contratação.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS:

3.13. Não serão exigidas amostras para essa aquisição.

DA GARANTIA CONTRATUAL:

3.14. Não haverá exigência de garantia contratual.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

ITEM	CÓD.	QT. MÍN.	QT. MÁX.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Valor unitário	Valor total
1	111313	1	1	UND.	SERVIÇO SEGURO PREDIAL NAS COBERTURAS CONTRATADAS: DANOS INCÊNDIO/QUEDA DE RAIOS / EXPLOÇÃO/QUEDA DE AERONAVES/FUMAÇA - R\$ 15.000.000,00/DANOS ELÉTRICOS / RISCOS COMERCIAIS - R\$120.000,00/IMPACTO DOS VEÍCULOS TERRESTRES - R\$ 100.000,00 / PERDA OU DESPESA DE ALUGUEL/PRÉDIO- R\$120.000,00/R. CIVIL OPERAÇÕES - R\$20.000,00 / RECOMPOSIÇÃO REGISTROS E DOCUMENTOS - R\$80.000,00 / VENDEVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO E GRANIZO - R\$300.000,00/ASSISTÊNCIA - ASSIST BÁSICO.	R\$ 3.833,62	R\$ 3.833,62
Valor total do item: R\$ 3.833,62							





5. PRAZOS, LOCAIS, FORMA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO:

5.1. A apólice de seguro, que constitui o objeto do presente contrato, terá vigência de 12 (doze) meses, com início na data indicada no documento emitido pela seguradora, podendo ser renovada conforme interesse da Administração e disponibilidade orçamentária. A cobertura será exclusiva para o prédio sede da Prefeitura Municipal de Camaquã, localizado na Av. Olavo Moraes, nº 869, conforme solicitação da Secretaria Municipal da Administração (SMA). Considerando que o objeto contratado é, por si só, a apólice de seguro, a execução do contrato se dará mediante sua entrega completa e válida, contendo todas as coberturas e garantias previstas no Termo de Referência. Dessa forma, o recebimento do objeto ocorrerá unicamente com a apresentação e aprovação dessa apólice pela Administração, configurando-se esta entrega como condição essencial para a aceitação e conclusão do contrato, não sendo aplicável o recebimento provisório.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. As despesas decorrentes deste termo de referência ocorrerão pela rubrica constante da Solicitação e Indicação de recursos para Licitação, através da rubrica:

154/ 33390396900000000000 - Seguros em geral.

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

7.1. A execução do presente contrato será acompanhada conforme a origem dos recursos e o objeto adquirido, conforme segue:

	GESTOR	FISCAL	SUPLENTE
NOME	Aline da Silva Flores	Ryan Fonseca Schneider	Stephanie Ulguim dos Santos Tuchtenhagen
CARGO	Secretária Municipal da Administração	Diretor Setorial	Secretária Executiva
MATRÍCULA	660710	781127	781291

7.2. A fiscalização do contrato será exercida no interesse da Prefeitura Municipal de Camaquã (RS) e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por





quaisquer irregularidades. Em caso de ausência do fiscal titular, atuará o respectivo suplente designado conforme a origem da despesa.

7.3. Cada fiscal designado anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, notificando o contratado, por escrito, a sanar os problemas em prazo hábil. O fiscal também deverá fazer cumprir fielmente as obrigações avençadas, relatando por escrito e sugerindo à autoridade superior a aplicação de sanções, na forma do contrato, sem que isso implique na redução da responsabilidade do Contratante pela boa execução do contrato.

7.4. Deverá ainda o fiscal controlar os prazos de início e execução do contrato, bem como solicitar, de forma tempestiva, a celebração de aditamento, quando for o caso.

7.5. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto do contrato, caso esteja em desacordo com as especificações pactuadas. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

7.6. A Contratada responderá, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou a terceiros por seus empregados, dolosa ou culposamente. Deverá também comunicar, de imediato e por escrito, à Contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional.

7.7. Em caso de não conformidade, a Contratada será notificada, por escrito, das irregularidades apontadas, para adoção das providências cabíveis nos termos do artigo 119 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicável.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo Setor Competente, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

8.2. Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária serão realizados desde que a contratada efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

8.3. Caso a CONTRATADA não seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9317/96 serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, conforme previsto na legislação vigente.





8.4. Deverão ser observadas a Instrução normativa 971/2009 e a Instrução normativa 1234/2012, que versam sobre INSS e IRRF, respectivamente, quando da emissão das notas fiscais, pois as mesmas serão devolvidas para retificação caso não atendam à legislação tributária.

9. A BUSCA POR PROPOSTAS ADICIONAIS MAIS VANTAJOSAS:

9.1. Visando cumprir com o parágrafo 3º do artigo 75 da Lei 14.133/21, antes de proceder à contratação a municipalidade fará publicação do aviso de dispensa, este termo de referência no site oficial do município, para que empresas interessadas possam no prazo de 03 (três) dias úteis apresentar suas propostas orçamentárias.

9.2. Objetiva-se assim, a busca por propostas mais vantajosas à administração municipal, desde que as empresas atendam aos requisitos exigidos para esta contratação e apresentem os documentos necessários de habilitação.

10. SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA:

10.1. Novas propostas comerciais poderão ser encaminhadas através do Protocolo Digital juntamente com a documentação de habilitação.

10.2. Para estar tecnicamente habilitado a empresa deverá apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.3. Registro comercial, no caso de empresa individual.

10.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

10.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) atualizado.

10.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL:

10.7. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal.

10.8. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede da empresa interessada.





10.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede da empresa interessada.

10.10. Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

REGULARIDADE TRABALHISTA:

10.11. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitido pelo Tribunal Superior do Trabalho, disponível no site www.tst.jus.br, de Pessoa Jurídica.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.12. Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial da sede da proponente.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

10.13. Declaração Unificada.

DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.14. Atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços/fornecimento de bens similares e compatíveis com o objeto da licitação.

11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

11.1. Será vencedora a empresa que apresentar o menor preço global.

12. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

12.1. Obriga-se a empresa vencedora:

12.1.1. Emitir e manter vigente a apólice de seguro predial conforme as especificações e coberturas previstas neste Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

12.1.2. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Secretaria Municipal da Administração (SMA) e demais órgãos requisitantes, atendendo prontamente às solicitações e comunicando imediatamente, por escrito, qualquer irregularidade ou anormalidade relacionada à apólice ou ao seguro contratado.





12.1.3. Assegurar a plena operacionalidade do seguro, mantendo válida a apólice durante toda a vigência contratual, inclusive em situações excepcionais, como greves ou paralisações.

12.1.4. Não poderá alegar falta de documentos ou qualquer outra situação administrativa como motivo para não cumprir as obrigações contratuais, sendo responsável por eventuais prejuízos causados por atraso ou falha na emissão e manutenção do seguro.

12.1.5. Comunicar imediatamente à Administração quaisquer alterações de endereço, dados bancários ou informações relevantes para a comunicação e gestão do contrato.

12.1.6. Cumprir rigorosamente a legislação de segurança, saúde e normas regulamentadoras aplicáveis.

12.1.7. Garantir que a apólice emitida cobre integralmente o imóvel objeto do seguro, responsabilizando-se por qualquer falha na cobertura ou na prestação do serviço segurador.

12.1.8. Assumir integral responsabilidade por danos ou prejuízos causados à Administração ou terceiros, decorrentes de imperícia, negligência, imprudência ou descumprimento das condições contratuais.

12.1.9. Responder por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, incluindo encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros ônus relacionados.

12.1.10. Substituir, às suas expensas, a apólice de seguro, caso sejam identificados vícios, defeitos ou incorreções que comprometam sua validade ou eficácia, garantindo que a cobertura seja mantida conforme contratado.

12.2. Obriga-se a Administração/Contratante:

12.2.1. Comunicar à Contratadas quaisquer ocorrências, sinistros ou situações relacionadas à apólice de seguro contratada.

12.2.2. Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições previstas no contrato e na licitação.





12.2.3. Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, verificando se a apólice atende às condições contratuais e tomando as providências necessárias em caso de falhas.

12.2.4. Rejeitar a apólice caso não esteja em conformidade com as especificações do contrato.

12.2.4. Zelar pelo cumprimento das obrigações da Contratada durante a vigência do contrato, incluindo a manutenção das condições técnicas e legais necessárias.

12.2.5. Aplicar as sanções administrativas previstas, se necessário.

12.2.6. Prestar à Contratada as informações e esclarecimentos que forem solicitados para a correta execução do contrato.

13. INSTRUMENTO CONTRATUAL E VIGÊNCIA:

13.1. Para a realização desta contratação o instrumento a ser formalizado será:

13.1.1. (x) Mediante a assinatura de contrato. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. () Mediante a emissão de Ordem de Compra/empenho.

CAMAQUÃ

Camaquã, 12 de setembro de 2025.

TERRA FARROUPILHA



ALINE DA SILVA FLORES
12/09/2025 13:55:32

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.





RYAN FONSECA SCHNEIDER
12/09/2025 13:49:58

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Ryan Fonseca Schneider SMA - Financeiro



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

Aline da Silva Flores Secretária Municipal da
Administração